

Seu País

Esta exceção por ora não passa

PREVIDÊNCIA Sem apoio, o governo é obrigado a adiar a votação da reforma

POR RODRIGO MARTINS

Quando a reforma trabalhista entrou em vigor, em 11 de novembro, Michel Temer apressou-se em celebrar a “recuperação do emprego” no Brasil. “Tudo indica que teremos um Natal melhor, com mesa mais farta”, afirmou em vídeo divulgado nas redes sociais. O presidente ilegítimo ignora o fato de a informalidade ser o motor da geração de vagas em 2017. Dos 2,303 milhões de postos criados até novembro, 75%, ou 1,743 milhão, são informais, atesta o IBGE. A “modernização das relações trabalhistas”, como define a propaganda do Planalto, apenas legalizou contratos precários, como os que preveem jornadas intermitentes, remuneradas pelas horas trabalhadas. A inovação permitiu ao Grupo Estácio demitir recentemente 1,2 mil professores universitários, que devem ser realocados para um “cadastro de reserva”. Para a sorte dos brasileiros, Temer não conseguiu empurrar outro presente de grego.

Nos últimos dias, o Planalto lançou nova ofensiva para colocar a reforma da Previdência em votação ainda neste ano, mas o esforço resultou inútil. Na tarde da quarta-feira 13, o líder do governo no Senado, Romero Jucá, anunciou que a proposta será apreciada pelo Congresso apenas em 2018. O pronunciamento

expôs a falta de sintonia na base. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, inicialmente negou a existência de qualquer acordo sobre o adiamento, depois agendou a votação para 19 de fevereiro. No comando do Senado, o peemedebista Eunício Oliveira também negou ter participado de reuniões sobre o tema. “Isso é uma sacanagem com Michel”, desabafou a colegas o deputado Beto Mansur, vice-líder do governo.

Antes de ser internado em São Paulo na quarta 13 para uma cirurgia de desobstrução da uretra, Temer fez o que pôde para destravar a reforma, rejeitada por 85% dos brasileiros, segundo recente pesquisa CUT/Vox Populi. Os ministros Alexandre Baldy (Cidades), Helder Barbalho (Integração Nacional) e Dyogo Oliveira (Planejamento) foram mobilizados para acelerar a liberação de recursos de emendas parlamentares. O governo acenou ao deputado José

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, agendou a sessão para 19 de fevereiro



Rocha, líder do PR na Câmara, a possibilidade de entregar cargos de indicações políticas dos irmãos Vieira Lima na Bahia em troca dos votos da bancada. Durante encontro com representantes da Confederação Nacional da Indústria, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores e da Federação das Indústrias de São Paulo, entre outras entidades patronais, Temer pediu aos empresários para participar do esforço, pressionando deputados que relutam em aprovar a impopular proposta, ainda mais tão próximo das eleições.

O Planalto acabara de mover uma importante peça no tabuleiro quando Jucá entornou o balde de água fria. Horas antes



Campo minado. Maia e Temer terão de sofrer o desgaste de debater a impopular proposta em ano eleitoral

O temor da perda de direitos também tem provocado corrida às aposentadorias do INSS. Em 2016, quando o tema entrou na agenda política, foram concedidos mais de 432 mil benefícios por tempo de serviço, quase 35% a mais do que os 321 mil de 2015. A elevação das despesas decorrente desse movimento contribuiu para inflar as projeções de déficit na Previdência Social.

Nesse ponto, os cálculos da equipe de Temer inspiram cada vez menos confiança. Na terça-feira 12, Fabio Granja, secretário de Fiscalização da Previdência do Tribunal de Contas da União, afirmou que as projeções do governo sobre o déficit previdenciário apresentam várias fragilidades e, no caso dos servidores, mostra um gasto até 43% maior. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, o Planalto teria traçado um cenário excessivamente pessimista ao dizer que todos os funcionários públicos em condições de aposentadoria iriam para a inatividade de uma vez, logo no primeiro ano. “Isso não tem sido a prática, os servidores costumam continuar na ativa com o abono de permanência”, alertou Granja.

O relatório final da CPI da Previdência, aprovado por unanimidade em 25 de outubro, igualmente expõe uma série de erros e imprecisões nas estimativas oficiais. Segundo os senadores, o governo tomou como base um ano de forte recessão e parâmetros irrealistas, delineando um futuro caótico. O livro *A Previdência Social em 2060: As inconsistências do modelo de projeção atuarial do governo brasileiro*, lançado pela Associação Nacional

do anúncio de adiamento, o PSDB decidiu fechar questão e votar a favor da reforma da Previdência. Não há, porém, garantia de fidelidade dos 46 deputados da bancada tucana. A decisão da Executiva tem efeito simbólico, uma vez que não haverá punições a eventuais deserções.

Conduzido à presidência do PSDB no sábado 9, Geraldo Alckmin foi um dos maiores entusiastas do apoio da legenda à reforma. As disputas internas não foram totalmente superadas. Vaiado na convenção do partido, o senador Aécio Neves ainda exerce influência sobre uma expressiva bancada parlamentar. O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio,

continua a exigir prévias para a escolha do presidenciável tucano. De toda forma, o governador paulista angariou a simpatia dos banqueiros e rentistas, principais beneficiários das mudanças no regime público de aposentadorias.

As exigências impostas aos trabalhadores são tão altas e as perspectivas de obter um benefício digno foram reduzidas a tal ponto que estimulam a busca pela previdência privada. O setor está em franca expansão. Os aportes em planos particulares somaram 52 bilhões de reais no primeiro semestre de 2017, alta de 13% ante o mesmo período do ano passado, segundo a Fenaprevi, representante das empresas.

Seu País



dos Auditores Fiscais no início do ano, alertava para as falsas premissas utilizadas no cálculo do déficit do setor. Na obra, organizada pelos economistas Claudio Castelo Branco Puty, da Universidade Federal do Pará, e Denise Lobato Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os autores fazem estudo comparativo entre o resultado esperado nas projeções para a Previdência presentes nas LDOs desde 2002 e o que foi efetivamente realizado. Desse levantamento, saltam à vista dois vícios: 1. Em vários anos, as receitas são subestimadas e os déficits são superestimados. 2. Quanto maior a distância entre o estudo e o período projetado, maior é a distorção verificada.

Na LDO de 2004, para citar um exemplo, superestimou-se a necessidade de financiamento do Regime Geral da Previdência Social em 26,4 bilhões de reais para 2012. Em 2013, a diferença foi de 22,1 bilhões e chega a 19,9 bilhões no caso de 2014. Apenas a previsão para 2015 ficou próxima da realidade: estimou-se um déficit 206 milhões de reais menor. “À parte o alto grau de erro estatístico gerado por projeções de longo prazo,

agride-se frontalmente a boa-fé dos cidadãos brasileiros”, diz o economista Eduardo Fagnani, professor da **Unicamp** e um dos colaboradores do livro.

Na LDO de 2017, o modelo fixou o reajuste do salário mínimo em 6,09% de 2020 em diante, muito acima dos 3,5% previstos para a taxa anual de inflação (INPC acumulado) e da variação real do PIB – estimada em escala decrescente, de 3,86%, em 2020, para 1,07%, em 2060. Ao sobrevalorizar o salário mínimo, o déficit da Previdência fica maior. O estudo da Anfip observa ainda que, mesmo diante da ausência de explicação razoável para fixar os valores nesses patamares, se for aplicada a regra atual de correção do salário mínimo, haveria uma estabilização

Agora é a vez de o TCU apontar erros nas projeções de déficit feitas pela equipe de Temer

Resistência. O sacrifício dos pequenos agricultores foi recompensado

dos gastos entre 2055 e 2060, o que não aparece no cenário traçado pelo governo. “Se a regra de correção do salário mínimo for a inflação do ano anterior, temos uma queda significativa nas despesas com estabilização do gasto no curto prazo e queda a partir da próxima década, chegando a menos de 5% do PIB em 2025”, escreveram os autores.

À época do lançamento do estudo, Puty criticou a falta de transparência da metodologia do governo. “As projeções deveriam dizer qual é a probabilidade de erro. Se for de 25 pontos percentuais para cima e para baixo, é melhor admitir que a chance de acerto é a mesma de jogar uma moeda para o alto e prever se vai dar cara ou coroa”, afirmou o especialista, Ph.D. em Economia pela New School for Social Research. “Vende-se como científico algo que, no fundo, serve a um propósito político: dizer que é tudo ou nada. Ou faz uma reforma drástica ou a Previdência vai quebrar.” •